

Autopass S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2019



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Relatório da Administração e demonstrações contábeis	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019	15

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
Autopass S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Autopass S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopass S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Os Principais Assuntos de Auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

1. Processo de captura, processamento e liquidação das transações de receita, contas a receber e bilhetagem eletrônica – Notas nºs 21, 6 e 14

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Tendo em vista o volume de transações e da necessidade de manutenção de controles sistêmicos implementados com objetivo de gerenciamento, registro e controle dos créditos eletrônicos vendidos, além da alta complexidade inerente ao processo automático de captura, processamento e liquidação das transações e seus impactos no reconhecimento da receitas e contas a receber oriundos do processo de registro, processamento e liquidação das transações eletrônicas de bilhetagem, este tema foi, novamente, após nossas análises sobre todos os riscos significativos do exercício sob exame, considerado um assunto relevante e, portanto, crítico para a nossa auditoria.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Para as receitas referentes à taxa de credenciamento (cobrada de empresas que comercializam o crédito de vale-transporte e vendas diretas à empregadores), com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, realizamos os seguintes procedimentos:
 - § Avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles gerais chaves de tecnologia da informação associados com a captura, processamento e liquidação das transações de vendas de créditos eletrônicos, adequação do reconhecimento de receita, contas a receber e respectivo passivo de repasse;
 - § Realizamos avaliação dos aspectos de acesso lógico e físico, das alterações ocorridas e do desenvolvimento de sistemas e programas de infraestrutura, cópia e armazenamento de informações (*backup*), além de revisão dos controles chaves automatizados relacionados aos processos de negócio definidos como relevantes, executando mapeamento e avaliação de interfaces contábeis, de controles de acesso, configurações de regras de negócio e cálculos automatizados;
 - § Analisamos a conciliação e dados transacionais de vendas de créditos eletrônicos (atentando para a competência e corte das transações);
 - § Efetuamos testes de integridade e consistência dos registros transacionais de vendas de créditos eletrônicos;
 - § Efetuamos testes, em base amostral, na conciliação dos registros de vendas de créditos eletrônicos transacionados entre os sistemas aplicativos SBE (Bilhetagem), SAP (Contábil e Fiscal) e Billet Service (transferência de arquivos de cobrança);
 - § Efetuamos testes, em base amostral, da conciliação dos registros de vendas de créditos eletrônicos no sistema SAP e respectivo recebimento bancário;
 - § Confrontamos o relatório de faturamento extraído do portal da Prefeitura de São Paulo com as notas fiscais emitidas e o respectivo registro auxiliar de vendas (reconciliado com os registros contábeis), bem como analisamos as movimentações mensais e efetuamos recálculo dos impostos incidentes;
 - § Confirmamos saldos referentes às transações realizadas através de circularização de saldos;
 - § Avaliamos as divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

- Para as receitas referentes à gestão de vendas do Consórcio Metropolitano de Transportes (CMT), taxa de administração municipal, rede de vendas (créditos do Bilhete Único – SP Trans), taxa de emissão de segunda via dos cartões eletrônicos e outras receitas (taxa cobrada pela recarga de bilhetes via internet, tarifa de entrega a domicílio e outras intermediações), realizamos os seguintes procedimentos:
 - § Analisamos a conciliação e dados transacionais de vendas de créditos eletrônicos (atentando para a competência e corte das transações);
 - § Efetuamos testes, em base amostral, da conciliação dos registros de vendas de créditos eletrônicos no sistema SAP e respectivo recebimento bancário (e recálculo a partir da taxa cobrada para vendas CMT e utilização para taxa de administração municipal);
 - § Confrontamos o relatório de faturamento extraído do portal da Prefeitura de São Paulo com as notas fiscais emitidas de 2019 com o respectivo registro auxiliar de vendas (reconciliado com os registros contábeis), bem como analisamos as movimentações mensais e efetuamos recálculo dos impostos incidentes;
 - § Avaliamos as divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Adicionalmente, efetuamos testes, em base amostral, no processo de registro, processamento, reconciliação e reporte dos lançamentos na rubrica Bilhetagem eletrônica (no passivo circulante), atentando para a competência e corte das transações, análise das conciliações dos registros contábeis e dados transacionais de vendas de créditos eletrônicos e respectivo recebimento bancário, bem como reconciliação das transações para registro do passivo de repasse junto às respectivas partes envolvidas (rede de vendas, SP Trans e CMT).

Com base na abordagem de nossa auditoria, nos procedimentos efetuados e evidências obtidas, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para reconhecimento de receita de vendas (e impostos incidentes), registro do contas a receber e registro do passivo referente à venda de créditos de bilhetes eletrônicos (repasse) são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Ênfase

Contrato Consórcio Metropolitano de Transportes (“CMT”)

Conforme mencionado na Nota nº 1, as operações da Companhia são reflexo substancial do Contrato de Prestação de Serviços, Locação de Equipamentos e Outras Avenças firmado com o CMT em 27 de outubro de 2015 (com aditivo firmado em 2 de janeiro de 2018), com prazo de vigência indeterminado. As operações da Companhia dependem da manutenção deste contrato. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos exercícios anteriores

As demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram por nós auditadas, cujo relatório, emitido em 22 de março de 2019, não continha ressalvas e continha parágrafo de ênfase quanto ao assunto discutido na seção “Ênfase - Contrato Consórcio Metropolitan de Transportes (“CMT”)” e parágrafos de Outros assuntos quanto à auditoria dos valores correspondentes de 2017 (reapresentados) e quanto à ausência de auditoria dos valores correspondentes de 2016.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2020



Octavio Zampirolo Neto
CT CRC 1SP-289.095/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1


✓ Rafael Gomes
CRC: 1SP320044/O-4

Autopass S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	74.080	57.989
Contas a receber	6	27.018	18.868
Impostos a recuperar	-	2.725	839
Outros créditos	7	3.356	2.237
Despesas antecipadas	8	6.943	3.394
Total do ativo circulante		114.122	83.327
Ativo não circulante			
Impostos diferidos	20	2.102	2.128
Depósitos judiciais	-	16	32
Despesas antecipadas	8	1.126	-
Propriedade para investimentos	10	2.870	2.870
Imobilizado	11	36.287	6.132
Intangível	12	35.076	6.247
Total do ativo não circulante		77.477	17.409
Total do ativo		191.599	100.736

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Autopass S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	2019	2018
Passivo circulante			
Bilhetagem eletrônica	14	55.770	45.710
Fornecedores	15	10.312	7.912
Empréstimos e financiamentos	-	-	142
Obrigações tributárias e trabalhistas	16	11.850	8.630
Arrendamentos a pagar	13	1.653	-
Outras contas a pagar	-	8.822	3.044
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	18.c	10.479	5.659
Total do passivo circulante		98.886	71.097
Passivo não circulante			
Arrendamentos a pagar	13	30.938	-
Provisão para demandas judiciais	17	5.656	7.314
Total do passivo não circulante		36.594	7.314
Patrimônio líquido			
Capital social	18.a	24.943	24.943
Reserva legal	18.b	4.371	2.155
Reserva de lucros	18.d	48.957	17.379
Outros resultados abrangentes	-	(24.365)	(24.365)
Reserva de lucros não realizados	18.e	2.213	2.213
Total do patrimônio líquido		56.119	22.325
Total do passivo e do patrimônio líquido		191.599	100.736

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Autopass S.A.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita líquida	21	147.724	119.854
Custo dos serviços prestados	22	(52.408)	(45.024)
Lucro bruto		<u>95.316</u>	<u>74.830</u>
Despesas (receitas) operacionais			
Gerais e administrativas	22	(31.687)	(41.525)
Vendas e marketing	22	(5.850)	(2.679)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		47	2.260
		<u>(37.490)</u>	<u>(41.944)</u>
Lucro operacional antes das despesas financeiras e impostos		<u>57.826</u>	<u>32.886</u>
Resultado financeiro	23		
Despesas financeiras	-	(3.430)	(308)
Receitas financeiras	-	2.372	1.297
Resultado financeiro líquido		<u>(1.058)</u>	<u>989</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>56.768</u>	<u>33.875</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	20	(12.421)	(10.661)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	20	(26)	614
Lucro líquido do exercício		<u>44.321</u>	<u>23.828</u>
Cálculo do lucro líquido básico e diluído por ações:			
Média ponderada do número de ações em circulação em cada exercício		24.943	24.943
Lucro líquido básico e diluído por ações (expressos em reais)		<u>1.78</u>	<u>0.96</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Autopass S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	44.321	23.828
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>44.321</u>	<u>23.828</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Autopass S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Outras Reservas	Reserva de lucros não realizados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	24.943	963	520	-	(24.365)	2.213	4.274
Lucro líquido do exercício	-	-	-	23.828	-	-	23.828
Constituição de reserva legal	18.b	1.192	-	(1.192)	-	-	-
Dividendos declarados no exercício	18.c	-	-	(5.659)	-	-	(5.659)
Outros ajustes	-	-	(118)	-	-	-	(118)
Transferência para reserva de lucros	18.d	-	16.977	(16.977)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	24.943	2.155	17.379	-	(24.365)	2.213	22.325
Lucro líquido do exercício	-	-	-	44.321	-	-	44.321
Constituição de reserva legal	18.b	2.216	-	(2.216)	-	-	-
Dividendos declarados no exercício	18.c	-	-	(10.527)	-	-	(10.527)
Transferência para reserva de lucros	18.d	-	31.578	(31.578)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	24.943	4.371	48.957	-	(24.365)	2.213	56.119

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Autopass S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	56.768	33.875
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	2.796	3.730
Ganho (perda) sobre baixas de ativo imobilizado	-	584
Provisão para demandas judiciais	-	3.609
Arrendamento mercantil	3.274	-
Pagamentos efetuados referentes demandas judiciais	-	(527)
Juros de empréstimos e financiamentos obtidos junto à terceiros	22	62
Outras transações	-	(118)
	<u>62.860</u>	<u>41.215</u>
Decréscimo/acrécimo nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	(178)	(11.987)
Impostos a recuperar	(1.859)	347
Outros créditos e despesas antecipadas	(10.219)	1.042
Depósitos judiciais	(3.533)	59
Fornecedores	2.400	(617)
Obrigações tributárias e trabalhistas	2.134	262
Bilhetagem eletrônica	10.060	4.878
Outras contas a pagar	4.119	(1.997)
Caixa gerado das operações	<u>65.784</u>	<u>33.202</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.361)	(8.731)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>54.423</u>	<u>24.471</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(32.462)	(4.640)
Caixa usado nas atividades de investimentos	<u>(32.462)</u>	<u>(4.640)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos obtidos junto à terceiros	(164)	(490)
Dividendos pagos	(5.706)	(1.510)
Caixa usado nas atividades de financiamentos	<u>(5.870)</u>	<u>(2.000)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>16.091</u>	<u>17.831</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	57.989	40.158
No final do exercício	74.080	57.989
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>16.091</u>	<u>17.831</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Autopass S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Receitas		
Prestação de serviços	166.741	135.666
	166.741	135.666
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros	(24.268)	(27.737)
Materiais	(563)	(384)
Locações	(5.897)	(6.766)
Outras despesas operacionais	(109)	(2.971)
Outros custos operacionais	(29.235)	(18.803)
	(60.072)	(56.661)
(-) Depreciação e amortização	(2.796)	(3.730)
Direito de uso de arrendamentos	(3.391)	-
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.372	1.297
	2.372	1.297
Valor adicionado a distribuir	<u>102.854</u>	<u>76.572</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	(19.237)	(17.407)
Benefícios	(4.609)	(4.677)
Auxílio alimentação	(1.541)	(1.924)
Assistência médica e odontológica	(2.521)	(2.168)
Vale-transporte	(127)	(321)
Auxílio-educação	-	(1)
Outros	(420)	(263)
FGTS	(1.817)	(1.766)
Total pessoal	(25.663)	(23.850)
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(28.773)	(25.316)
INSS	(3.911)	(4.012)
Imposto de renda e contribuição social	(12.421)	(10.081)
PIS e Cofins	(12.577)	(10.978)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(26)	-
Outros impostos e taxas	162	(245)
Municipais	(3.941)	(3.270)
IPTU	(283)	(261)
ISS	(3.658)	(3.009)
Total impostos, taxas e contribuições	(32.714)	(28.586)
Remuneração de capital de terceiros	(156)	(308)
Outras despesas financeiras	(156)	(308)
Remuneração de capital próprio	(44.321)	(23.828)
Reserva de lucros	(33.795)	(18.169)
Dividendos	(10.526)	(5.659)
Valor adicionado distribuído	<u>(102.854)</u>	<u>(76.572)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Autopass S.A. (“Autopass” ou “Companhia”), anteriormente denominada Promobom Autopass S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105 – 3º andar, São Paulo, SP, tendo como objeto principal a automação e gestão de operações de pagamento antecipado de viagens realizadas por qualquer modal de transporte coletivo, além da intermediação de negócios vinculados à atividade de transporte de passageiros e à comercialização de cartões e créditos de vale-refeição, vale-alimentação e de cartões pré-pagos com ou sem a função transporte, podendo ainda participar como sócia ou acionista em outras sociedades.

O sistema de bilhetagem da Companhia atende às empresas do Consórcio Metropolitano de Transportes (CMT), Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô), Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), o transporte municipal da Prefeitura de Itapeverica da Serra (entre outras redes de transportes municipais), sendo que a rede de vendas da Companhia está entre as 10 maiores prestadoras de serviços de vendas de créditos de bilhete único para SPTrans.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

Declaração de conformidade, bases de elaboração e de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*Internacional Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir.

As demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram aprovadas para emissão e divulgação de acordo com a aprovação dos membros do Conselho de Administração da Companhia em 28 de fevereiro de 2020. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$) e as demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações contábeis.

3.1. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a qual a Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para seus clientes.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

As receitas de taxa de credenciamento decorrentes da operação de venda de créditos para utilização de passagens eletrônicas são apropriadas ao resultado, de acordo com o processamento da liberação dos créditos nos cartões eletrônicos de transportes.

As receitas decorrentes de serviços de gestão de operações de créditos eletrônicos (bilhetagem eletrônica), bem como outros serviços prestados à clientes, são apropriadas no resultado quando as obrigações de desempenho são atendidas (isto é, mediante a utilização dos créditos eletrônicos pelos usuários de transporte).

3.2. Instrumentos financeiros

(i) Classificação – O CPC 38 (IFRS 9) determina três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma eliminou as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A Companhia interpreta inicialmente o ativo financeiro relativo às contas a receber como mensurável ao custo amortizado de acordo com o CPC 48 (IFRS 9), pois pretende manter o ativo até o vencimento para receber os fluxos de caixa contratuais e esses fluxos de caixa consistem apenas de pagamentos de principal e juros sobre o valor em aberto;

(ii) Redução no valor recuperável (*Impairment*) – A nova norma substitui o modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. No segmento de bilhetagem eletrônica, a Administração não identificou impactos relevantes na adoção desta norma na estimativa das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, bem como na rubrica de contas a receber de clientes;

(iii) Contabilidade de *hedge* – A nova norma torna os requisitos para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) menos rigorosos. As novas regras não impactaram a Companhia devido à ausência desta modalidade de instrumento financeiro.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

3.4. Contas a receber

São registradas pelo valor faturado ajustado a valor presente, quando aplicável, deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

3.5. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas a serem registradas no resultado do exercício seguinte estão apresentadas nas demonstrações contábeis pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no exercício corrente, de forma a obedecer ao regime de competência.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

3.6. Ativo imobilizado e intangível

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou grupo de ativos, pelo método linear, de modo que reflita seu valor residual após sua vida útil.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Ganhos ou perdas na venda ou baixa são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado de geração de benefícios econômicos.

A cada encerramento de exercício, a Administração revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (o maior valor entre o valor em uso e o valor justo, reduzido dos custos de venda). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo e de seu valor de mercado, se necessário.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear e a suas vidas úteis estimadas, que são revisadas anualmente, ou sempre que houver alterações significativas nas perspectivas de uso, estão demonstradas a seguir:

Ativo imobilizado	Vidas úteis estimadas
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Instalações	5 a 10
Máquinas e equipamentos	5 a 10
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2 a 5

3.7. Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Companhia revisa anualmente o valor recuperável de seus ativos financeiros, e quando da existência de indicadores da perda, o valor recuperável desses ativos. Se o valor recuperável de um ativo for inferior ao seu valor contábil, uma perda no montante dessa diferença é reconhecida no resultado daquele período.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

Para testes de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, os ativos são agrupados na menor unidade possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”). O valor recuperável das UGCs corresponde ao seu valor justo.

A determinação das UGCs tem como base, principalmente, o fato de ser a menor unidade com monitoramento para fins gerenciais.

Para avaliar o valor em uso, a Companhia considera projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas de mercado, demanda e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto. Para ativos que não *goodwill*, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.8. Propriedade para investimento

As propriedades para investimento são representadas por imóvel em construção mantido para futuras negociações. As propriedades para investimento são reconhecidas ao valor justo.

3.9. Empréstimos e financiamentos

São passivos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são avaliados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.10. Bilhetagem eletrônica – vendas de créditos

Através de rede de vendas, própria e terceirizadas, a Companhia efetua a captação de valores para utilização no transporte público.

As transações de saldos de bilhetagem eletrônica são apresentadas de forma líquida nas demonstrações contábeis e referem-se aos saldos a pagar e a receber operacionais das empresas de transportes coletivos, conforme contratos firmados entre as partes para gestão do sistema de venda de créditos eletrônicos, bilhetagem e remição.

Os valores a receber de redes de vendas e parceiros são relacionados às vendas de créditos eletrônicos registrados pelo valor adquirido, líquidos das taxas de administração. A Companhia adota procedimentos e análises para estabelecer limites de créditos e, substancialmente, exige garantias reais de seus parceiros e rede de vendas. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, incluindo contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e os títulos são reclassificados para o não circulante, sendo registrada uma perda estimada com créditos em contrapartida as despesas com vendas na demonstração de resultado.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

Transações pendentes de repasse – referem-se aos valores das vendas de créditos eletrônicos de passagens para transporte coletivo realizadas pelas redes de vendas e parceiros. Os prazos de recebimento de parceiros e rede de vendas são inferiores a sete dias úteis.

3.11. Fornecedores e contas a pagar

São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis.

3.12. Provisões para demandas judiciais

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Provisões são constituídas para todas as demandas referentes aos processos judiciais para os quais, como resultado de acontecimentos passados, é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

3.13. Outros ativos e passivos

Outros ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.14. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias sobre passivos financeiros.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.15. Benefícios a empregados

Os salários e benefícios concedidos à empregados e administradores da Companhia incluem as remunerações fixas (salários, INSS, FGTS, férias, 13º salário, entre outros) e, remuneração variável, tais como bônus e incentivos de longo prazo. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos.

3.16. Arrendamentos

Os ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são inicialmente reconhecidos como ativo imobilizado pelo seu valor justo no início do arrendamento ou, se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é apresentado nas demonstrações contábeis como uma obrigação com arrendamento financeiro (empréstimos e financiamentos).

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil estimada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Os pagamentos referentes ao arrendamento financeiro são distribuídos entre os encargos financeiros e a redução da obrigação, a fim de atingir uma taxa de juros constante em relação ao saldo remanescente do passivo.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são auferidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa no exercício ou período em que são incorridos.

3.17. Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados aos itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação à todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Se novas informações forem disponibilizadas e que levarão a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados aos impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais esses serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

3.18. Tributos sobre prestações de serviços

Alíquotas para contribuição do PIS e da Cofins são 1,65% e 7,60%, respectivamente (regime não cumulativo), reduzidos de créditos apurados pelos mesmos percentuais dos impostos sobre valores de determinados custos e despesas, diretamente atribuíveis à operação.

As receitas de prestação de serviço são também tributadas pelo ISS por alíquotas que variam entre 2% e 5%.

3.19. Resultado por ação básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido disponível (alocado) aos acionistas pelo número médio ponderado de ações em aberto durante o período.

O lucro diluído por ação é computado de forma semelhante ao básico, exceto ao fato de que às ações em circulação são adicionadas ao potencial efeito de diluição. A Companhia não dispõe de instrumentos contratuais com potencial de diluição.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

3.20. Demonstração do resultado abrangente

Não há transações que impactem outros resultados abrangentes.

3.21. Informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (“*Chief Operating Decision-Maker – CODM*”).

Um segmento de negócio é um componente identificável da Companhia, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito aos riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio. As atividades operacionais da Companhia se referem substancialmente à venda de créditos de vale-transporte e taxa de administração e gerenciamento de créditos eletrônicos.

3.22. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Conforme requerido pela legislação societária brasileira, a Companhia divulga a DVA como parte de suas demonstrações contábeis para fins societários, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A Demonstração do Valor Adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para a preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em sua primeira parte, a DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, gerada principalmente por suas receitas, reduzidas dos cancelamentos de receita, insumos e serviços adquiridos, depreciação e amortizações. Enquanto na segunda parte é apresentada a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.23. Pronunciamentos novos ou revisados adotados no exercício de 2019 (mas que não estavam em vigor em exercícios anteriores)

3.23.1 CPC 06(R2) – “Operações de Arrendamento Mercantil” (IFRS 16)

O CPC 06 (R2) entrou em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2019, substituindo o CPC 06 (R1) – “Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17)” e correspondentes interpretações e, em essência, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários são obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso e também devem remensurar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da remensuração do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A Companhia optou pela adoção da norma utilizando a abordagem retrospectiva modificada (isto é, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data da adoção inicial), não havendo reapresentação de informação comparativa. A Companhia optou por aplicar a norma a contratos que foram identificados como arrendamentos de acordo com a norma anterior (não aplicando, portanto, aos contratos que não tenham sido previamente identificados como contendo um arrendamento aplicando o IAS 17 e o IFRIC 4).

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamentos de curto prazo (ou seja, que terminam dentro de 12 meses a partir da data de início) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

O valor presente dos passivos de arrendamento (substancialmente referentes aos imóveis e terminais de autoatendimento) foi calculado utilizando a taxa de juros incremental nos contratos, com base na taxa média de captação de recursos de 10,28% ao ano (não havendo impactos significativos para contratos de arrendamentos financeiros).

	<u>01/01/2019</u>
Ativo	
Imobilizado - Direito de uso (nota 11)	33.913
	<u>33.913</u>
Passivo	
Arrendamento mercantil - circulante (nota 13)	1.322
Arrendamento mercantil – não circulante (nota 13)	32.591
	<u>33.913</u>

3.23.2 ICPC 22 – “Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23)”

A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta à aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica aos tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes aos juros e multas associados aos tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a Companhia considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a Companhia faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

- Como a Companhia determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a Companhia considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia determinou se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos, seguindo a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação foi adotada pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2019, sem efeitos nas presentes demonstrações contábeis.

3.24. Novos pronunciamentos ainda não adotados

Não há normas IFRS aplicáveis às operações da Companhia que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre suas demonstrações contábeis.

4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

A seguir são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada exercício das demonstrações contábeis, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

a) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota nº 17, sendo que são constituídas provisões para todos os riscos referentes aos processos judiciais e administrativos que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

b) Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

c) Perda esperada com créditos

Uma estimativa de perda esperada é registrada em uma quantia considerada suficiente para cobrir as perdas estimadas decorrentes de cobranças de créditos a receber.

d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos (ou quando ocorre algum evento específico) com o objetivo de avaliar mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Quando o resultado dessa avaliação indica que o valor contábil excede o valor recuperável, o valor contábil é ajustado. Essas perdas são lançadas em contrapartida ao resultado.

e) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puderem ser obtidos em um mercado ativo, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado (quando possível). Contudo, quando isso não for viável, determinado grau de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. Tal julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e bancos	94	30
Aplicações financeiras (a)	73.986	57.959
	<u>74.080</u>	<u>57.989</u>

- a) As aplicações financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços. Referem-se, substancialmente, a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), remunerados à taxa próxima ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que podem ser resgatados imediatamente sem penalidade de juros.

6. Contas a receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Serviços de bilhetagem eletrônica (a)	10.596	11.170
Rede de vendas	5.421	5.003
Contas a receber com partes relacionadas (b)	9.820	1.848
Outros contas a receber	1.181	847
	<u>27.018</u>	<u>18.868</u>

- a) Serviços de bilhetagem eletrônica referem-se as contas a receber de clientes relacionados à gestão das operações de bilhetagem e rede de vendas para comércio de créditos eletrônicos.
- b) Transações referem-se aos saldos a pagar e a receber operacionais, conforme contratos firmados entre as partes da gestão do sistema de venda de créditos eletrônicos, gestão de caixa, bilhetagem e remição.

A Administração avaliou a necessidade de registro de perda estimada com créditos sobre contas a receber para saldos registrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e concluiu pela sua não constituição (pois os saldos possuem vencimentos de até 30 dias).

7. Outros créditos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Adiantamentos à fornecedores	9	1.286
Outros créditos	3.347	951
	<u>3.356</u>	<u>2.237</u>

8. Despesas antecipadas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Serviços de infraestrutura em informática e licença de uso	7.663	3.084
Outras despesas antecipadas	406	310
	<u>8.069</u>	<u>3.394</u>
Circulante	6.943	3.394
Não circulante	1.126	-

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

9. Partes relacionadas

As transações de saldos de partes relacionadas referem-se aos saldos a pagar e a receber operacionais, conforme contratos firmados entre as partes da gestão do sistema de venda de créditos eletrônicos, gestão de caixa, bilhetagem e remição.

Os saldos de partes relacionadas estão assim apresentados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contas a receber de clientes		
Serviços de bilhetagem eletrônica (nota 6)	10.596	11.170
Outros créditos		
Contas a receber com partes relacionadas (nota 6)	9.820	1.848
Bilhetagem eletrônica		
Valores a repassar (nota 14)	52.447	42.931

Os resultados obtidos de partes relacionadas estão assim apresentados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Gestão da operação de bilhetagem intermunicipal (nota 21)	68.691	57.547
Gestão da operação de bilhetagem municipal (nota 21)	7.982	4.912

Remuneração aos administradores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a remuneração dos administradores estatutários e não estatutários foi de R\$ 6.262 e R\$ 2.138, respectivamente.

10. Propriedades para investimento

Em dezembro de 2018, como pagamento pela venda de terreno de sua propriedade, a Companhia recebeu, em permuta, um imóvel no valor de R\$ 2.870 (sendo este o valor justo estimado em 31 de dezembro de 2019). Em 2018, foi reclassificado para propriedade para investimento em função de sua futura destinação. Os montantes envolvidos nessa operação geraram um ganho de R\$ 2.213 (reconhecido na rubrica outras receitas (despesas) operacionais líquidas) no exercício de 2018.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

11. Imobilizado

Descrição	31/12/2019			31/12/2018		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	1.093	(331)	762	1.046	(244)	802
Instalações	837	(369)	468	784	(282)	502
Máquinas e equipamentos	553	(230)	323	471	(181)	290
Equipamentos de informática	6.979	(3.072)	3.907	6.609	(2.328)	4.281
Benfeitorias em bens de terceiros	460	(155)	305	329	(72)	257
Direito de uso de arrendamentos (locação de imóveis)	9.851	(985)	8.866	-	-	-
Direito de uso de arrendamentos (locação de máquinas e equipamentos)	24.062	(2.406)	21.656	-	-	-
	<u>43.835</u>	<u>(7.548)</u>	<u>36.287</u>	<u>9.239</u>	<u>(3.107)</u>	<u>6.132</u>

Ativo imobilizado	31/12/2018			Reconhecimento inicial	31/12/2019	
	Saldo em	Adições	Baixas		Saldo em	
Móveis e utensílios	1.046	48	(1)	-	1.093	
Instalações	784	61	(8)	-	837	
Máquinas e equipamentos	471	82	-	-	553	
Equipamentos de informática	6.609	511	(141)	-	6.979	
Benfeitorias em bens de terceiros	329	131	-	-	460	
Direito de uso de arrendamentos (locação de imóveis)	-	-	-	9.851	9.851	
Direito de uso de arrendamentos (locação de máquinas e equipamentos)	-	-	-	24.062	24.062	
	<u>9.239</u>	<u>833</u>	<u>(150)</u>	<u>33.913</u>	<u>43.835</u>	

Depreciação do ativo imobilizado	31/12/2018			31/12/2019	
	Saldo em	Adições	Baixas	Saldo em	
Móveis e utensílios	(244)	(88)	1	(331)	
Instalações	(282)	(87)	-	(369)	
Máquinas e equipamentos	(181)	(49)	-	(230)	
Equipamentos de informática	(2.328)	(885)	141	(3.072)	
Benfeitorias em bens de terceiros	(72)	(83)	-	(155)	
Direito de uso de arrendamentos (locação de imóveis)	-	(985)	-	(985)	
Direito de uso de arrendamentos (locação de máquinas e equipamentos)	-	(2.406)	-	(2.406)	
	<u>(3.107)</u>	<u>(4.583)</u>	<u>142</u>	<u>(7.548)</u>	

Descrição	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	1.046	(244)	802	1.449	(380)	1.069
Instalações	784	(282)	502	812	(235)	577
Máquinas e equipamentos	471	(181)	290	614	(322)	292
Equipamentos de informática	6.609	(2.328)	4.281	6.779	(3.009)	3.770
Benfeitorias em bens de terceiros	329	(72)	257	487	(19)	468
	<u>9.239</u>	<u>(3.107)</u>	<u>6.132</u>	<u>10.141</u>	<u>(3.965)</u>	<u>6.176</u>
Provisão para perda de ativos	-	-	-	(581)	-	(581)
	<u>9.239</u>	<u>(3.107)</u>	<u>6.132</u>	<u>9.560</u>	<u>(3.965)</u>	<u>5.595</u>

Ativo imobilizado	31/12/2017			31/12/2018		
	Saldo em	Adições	Baixas	Saldo em		
Móveis e utensílios	1.449	31	(434)	1.046		
Instalações	812	19	(47)	784		
Máquinas e equipamentos	614	141	(284)	471		
Equipamentos de informática	6.779	1.047	(1.217)	6.609		
Benfeitorias em bens de terceiros	487	266	(424)	329		
	<u>10.141</u>	<u>1.504</u>	<u>(2.406)</u>	<u>9.239</u>		

Depreciação do ativo imobilizado	31/12/2017			31/12/2018		
	Saldo em	Adições	Baixas	Saldo em		
Móveis e utensílios	(380)	(92)	228	(244)		
Instalações	(235)	(79)	32	(282)		
Máquinas e equipamentos	(322)	(47)	188	(181)		
Equipamentos de informática	(3.009)	(424)	1.105	(2.328)		
Benfeitorias em bens de terceiros	(19)	(77)	24	(72)		
	<u>(3.965)</u>	<u>(719)</u>	<u>1.577</u>	<u>(3.107)</u>		

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

12. Intangível

Descrição	Saldo em 31/12/2018	Adições	Saldo em 31/12/2019
Licença de uso de software	10.978	4.066	15.044
Softwares em desenvolvimento	2.743	26.367	29.110
	<u>13.721</u>	<u>30.433</u>	<u>44.154</u>

Descrição	Saldo em 31/12/2018	Adições	Saldo em 31/12/2019
Amortização de licença de uso de software	(7.474)	(1.604)	(9.078)
	<u>(7.474)</u>	<u>(1.604)</u>	<u>(9.078)</u>
	<u>6.247</u>		<u>35.076</u>

Descrição	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Licença de uso de software	11.010	393	(425)	10.978
Softwares em desenvolvimento	-	2.743	-	2.743
	<u>11.010</u>	<u>3.136</u>	<u>(425)</u>	<u>13.721</u>

Descrição	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Amortização de licença de uso de software	(4.552)	(3.011)	89	(7.474)
	<u>(4.552)</u>	<u>(3.011)</u>	<u>89</u>	<u>(7.474)</u>
	<u>6.458</u>			<u>6.247</u>

13. Arrendamentos a pagar

A Companhia chegou às taxas de desconto com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto aos potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. Dessa forma, foi considerada taxa de 10,28% ao ano na data da adoção inicial do IFRS 16 (1º de janeiro de 2019) pelo prazo de 10 anos.

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro a seguir:

Descrição	Máquinas e equipamentos		
	Imóveis		Total
Adoção inicial em 01.01.2019	9.851	24.062	33.913
Juros apropriados no exercício (Resultado)	952	2.322	3.274
Baixa por pagamento	(1.323)	(3.273)	(4.596)
Saldo em 31.12.2019	<u>9.480</u>	<u>23.111</u>	<u>32.591</u>

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

A análise de maturidade dos contratos, prestações não descontadas e conciliadas com os saldos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 é conforme segue:

Maturidade dos contratos			
Vencimento das prestações	Valor nominal	Juros embutidos	Total
2020	4.783	(3.130)	1.653
2021	4.970	(2.951)	2.019
2022	5.162	(2.735)	2.427
2023	5.364	(2.476)	2.888
Após 2023	30.203	(6.599)	23.604
Saldo do passivo de arrendamento	50.482	(17.891)	32.591

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado Valor presente
Contraprestação do arrendamento	50.482	32.591
PIS/Cofins potencial (9,25%)	4.670	3.015

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06 (R-2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R-2). Tal vedação gera distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. Assim, para resguardar a representação fidedigna da informação, e para atender orientação das áreas técnicas da CVM visando a preservar os investidores do mercado brasileiro, a Administração da Companhia apresenta os “inputs” mínimos necessários para que os usuários da informação procedam aos seus cálculos e possam chegar aos resultados aproximados, a saber: (a) inflação estimada para atualização dos contratos de arrendamentos vigentes: 4% ao ano; (b) prazo estimado de permanência nos contratos em 1º de janeiro de 2019: 10 anos; (c) passivo de arrendamento em aberto em 1º de janeiro de 2019 de R\$ 33.913 e de R\$ 32.591 em 31 de dezembro de 2019; (d) juros reconhecidos no resultado no exercício de 2019 de R\$ 3.274 (despesa financeira); (e) depreciação de direito de uso reconhecida no resultado do exercício de 2019 de R\$ 3.391.

14. Bilhetagem eletrônica

	2019	2018
Saldo de bilhetagem eletrônica com rede de vendas	3.521	1.002
Saldo de bilhetagem eletrônica com Sp Trans (nota 9)	(198)	1.777
Saldo de bilhetagem eletrônica com CMT (nota 9)	52.447	42.931
	55.770	45.710

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

15. Fornecedores

	2019	2018
Infraestrutura e tecnologia da informação	5.068	4.686
Serviços	4.210	2.269
Insumos na prestação de serviços	206	126
Publicações e marketing	533	146
Alugueis a pagar	203	214
Serviços de transportes	92	471
	<u>10.312</u>	<u>7.912</u>

16. Obrigações tributárias e trabalhistas

	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social	704	2.186
Imposto sobre serviços - ISS	429	294
PIS e COFINS	1.237	272
Outros tributos a recolher	294	90
Obrigações tributárias	<u>2.664</u>	<u>2.842</u>
Provisão para férias	1.471	1.181
INSS	1.668	756
FGTS	267	322
Participação nos lucros ou resultados	5.780	3.529
Obrigações trabalhistas	<u>9.186</u>	<u>5.788</u>
	<u>11.850</u>	<u>8.630</u>

17. Provisão para demandas judiciais

A Companhia, no curso normal de suas operações, é parte em ações judiciais e processos administrativos. Para os processos em andamento, de natureza trabalhista, cível e tributária, em que a opinião dos assessores legais é desfavorável e, com base nessa opinião, a Companhia acredita não haver novas constituições de provisão, sendo esta a melhor estimativa de desembolso futuro. A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é como segue:

	2019	Baixas Reversões	2018	Adições	Baixas Reversões	Pagamentos	2017
Fiscal	1.049	(127)	1.176	2	(27)	(9)	1.210
Trabalhista	4.607	(1.531)	6.138	3.790	(156)	(518)	3.022
	<u>5.656</u>	<u>(1.658)</u>	<u>7.314</u>	<u>3.792</u>	<u>(183)</u>	<u>(527)</u>	<u>4.232</u>

A Companhia não é parte em outros processos que foram classificados pelos assessores jurídicos como de risco de perda possível ou remoto, portanto, nenhuma provisão foi constituída para tais processos.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social é composto de 24.943.000 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, integralmente detidas pela Mondopass S.A.

b) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tem registrado na rubrica de “reserva legal” o valor de R\$ 4.371 (R\$ 2.155 em 2018).

c) Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com o Estatuto Social, cabe à Assembleia Geral destinar o resultado apurado, líquido das constituições de reservas exigidas por lei. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os valores declarados como dividendos a pagar foram de R\$ 10.526 (sendo R\$1.384 referente aos juros sobre capital próprio) – R\$1.176 líquido de IRRF) e de R\$ 5.659, respectivamente, sendo o residual de lucro do exercício destinado à reserva de lucros.

d) Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tem registrado na rubrica de “reservas de lucros” R\$48.958 (R\$ 17.379 em 2018).

e) Reserva de lucros não realizados

A reserva de lucros não realizados é constituída com o intuito de segregar do resultado do exercício, itens que não tiveram efeito caixa para que estes não integrem a base de reserva de lucros e de distribuição de dividendos. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou como reserva de lucros não realizados o ganho na operação de permuta com bens do ativo imobilizado (vide Nota nº 10).

f) Registro da transação de créditos entre acionistas

Em 20 de dezembro de 2016, a Interpass Participações S.A. (controladora anterior da Companhia) celebrou acordo junto à Mondopass S.A. para a venda integral das participações societárias mantidas na Companhia, na Promojet Gestão S.A. e Bom Mob Telecom S.A. Como a Interpass Participações S.A. possuía saldo a pagar para a Companhia, alienou a participação societária para a Mondopass S.A. mediante a assunção da dívida por esta última. Dessa forma, o saldo a receber da Companhia junto à Mondopass S.A. foi reclassificado para a rubrica “Outros” resultados abrangentes no Patrimônio líquido (em virtude da intenção de incorporação ao capital social da Companhia).

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito por meio da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Valor justo e hierarquia – A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e;
- Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Ativos/passivos financeiros	Valor contábil 31/12/19	Valor justo 31/12/19	Valor contábil 31/12/18	Valor justo 31/12/18	Mensuração do valor justo	Classificação IFRS 9
Caixa e equivalentes de caixa	74.080	74.080	57.989	57.989	Nível I	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	17.198	17.198	17.020	17.020	Nível II	Custo amortizado
Depósitos judiciais	16	16	32	32	Nível II	Custo amortizado
Bilhetagem eletrônica	55.770	55.770	45.710	45.710	Nível II	Custo amortizado
Fornecedores	10.312	10.312	7.912	7.912	Nível II	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	32.591	32.591	-	-	Nível II	Custo amortizado
Outras contas a pagar	8.822	8.822	3.044	3.044	Nível II	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	-	-	142	142	Nível II	Custo amortizado

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível I e nível II, nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras – Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta, na data-base de 31 de dezembro de 2019 foram definidos cinco cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 27 de dezembro de 2019, foi extraída a projeção dos indexadores Selic/CDI e, assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário, foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2019 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Indexador	Posição em 31/12/2019	Cenário Provável	Projeção receitas financeiras - um ano				
			Risco de redução		Risco de aumento		
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	CDI	73.986	3.329	1.665	2.497	4.162	4.994

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

Gestão de risco de capital – Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de pontos de vendas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

A estrutura de capital da Companhia pode ser assim apresentada:

	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	-	142
Bilhetagem eletrônica - Venda de créditos	55.770	45.710
Depósitos judiciais	16	32
Outras contas a pagar	8.822	3.044
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(74.080)	(57.989)
(-) Contas a receber e outros créditos	(30.374)	(21.105)
Posição financeira líquida	(39.846)	(30.166)
Patrimônio Líquido	56.119	22.325

Categoria de instrumentos financeiros:

	2019	2018
Ativos financeiros		
Empréstimos e recebíveis:		
Caixa e equivalentes de caixa	74.080	57.989
Contas a receber	17.198	17.020
Outros Créditos	13.176	4.085
Passivos financeiros		
Custo amortizado:		
Fornecedores	10.312	7.912
Empréstimos e financiamentos	-	142
Bilhetagem eletrônica - Venda de créditos	55.770	45.710
Outros passivos a pagar	8.822	3.044

Gestão de risco de liquidez – A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da diretoria financeira da Companhia, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

A tabela a seguir demonstra em detalhes os prazos de vencimentos contratuais restantes dos instrumentos financeiros da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos mesmos, considerando-se os vencimentos mais curtos para quitação das respectivas obrigações:

	<u>Inferior a um ano</u>
Contas a receber de clientes	17.198
Outros créditos	13.176
Despesas antecipadas	6.943
Fornecedores	10.312
Bilhetagem eletrônica - Venda de créditos	55.770
Outras contas a pagar	8.822

Considerações sobre riscos – Os negócios da Companhia compreendem especialmente a comercialização e o gerenciamento de créditos eletrônicos. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são, sumariamente, os seguintes:

- a) Risco de crédito – As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes;
- b) Risco de fraude – A Companhia possui procedimentos internos que auxiliam no monitoramento das transações efetuadas com cartões de passagens eletrônicas, que mitigam os riscos de transações suspeitas de fraude;
- c) Risco de mercado – Decorre do desaquecimento do cenário econômico do País. O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado por meio de análises do volume de transações nos validadores eletrônicos que captam as operações de bilhetagem. Os principais riscos relacionados são as variações na quantidade de passageiros transportados por empresas de transportes coletivos, Metrô e CPTM.
- d) Risco de taxas de juros – A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes vinculadas ao Certificado de Depósito Bancário (CDB), relativas às aplicações financeiras.

Não houve, no período apresentado, compromissos futuros objetos de proteção patrimonial de fluxo de caixa e derivativos. Da mesma forma, a Administração da Companhia entende não haver risco de mercado pela alteração na taxa de juros, uma vez que todos os seus passivos financeiros registrados não são relevantes para sua operação.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

20. Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da despesa de imposto de renda e a contribuição social é como segue:

Apurado pelo lucro real

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	56.768	33.875
Imposto de renda calculado à alíquota nominal - 34%	(19.301)	(11.518)
(Adições)/Exclusões permanentes líquidas	275	1.815
Lei de Inovação e Tecnologia nº 11.196/05	18.265	3.959
Outros	(11.660)	(4.917)
	<u>(12.421)</u>	<u>(10.661)</u>

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Composição diferido		
Provisão para participação nos resultados	2.744	1.964
Provisões diversas	(2.770)	(1.350)
	<u>(26)</u>	<u>614</u>

Os impostos diferidos ativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro são reconhecidos com base na extensão em que é provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições das diferenças temporárias, momento em que estas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos, com base nas premissas e condições estabelecidas no modelo de negócios da Companhia.

A Companhia tem expectativa de realização do imposto diferido ativo no período máximo de até dois anos, sendo o valor contábil do ativo fiscal diferido revisado periodicamente e as projeções revisadas anualmente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

21. Receitas

	2019	2018
Taxa credenciamento (a)	68.276	54.694
Gestão de vendas (b)	68.691	57.547
Taxa de administração municipal (c)	7.982	4.912
Rede de vendas (d)	12.837	10.148
Taxa de emissão 2ª via (e)	5.523	6.734
Vendas Web aos usuários (f)	276	313
Entrega em domicílio (g)	859	833
Outras receitas	2.297	486
	<u>166.741</u>	<u>135.667</u>
(-) Deduções da receita - tributos	<u>(19.017)</u>	<u>(15.813)</u>
Receita líquida	<u>147.724</u>	<u>119.854</u>

- (a) Prestação de serviços cobrados das empresas que comercializam o crédito vale-transporte e vendas diretas a empregadores;
- (b) Taxa de administração e gerenciamento de vendas de créditos eletrônicos às empresas intermunicipais;
- (c) Taxa de administração cobrada das empresas de transportes às empresas municipais;
- (d) Receita oriunda do credenciamento junto à Sptrans;
- (e) Prestação de serviços cobrados na emissão da 2ª via dos cartões eletrônicos;
- (f) Taxa de conveniência pela venda de créditos de bilhetagem via internet;
- (g) Tarifa na entrega do cartão domiciliar.

22. Informações sobre a natureza das despesas (custos e despesas)

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação de custos e despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas, reconhecidos na demonstração do resultado, são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Despesas de serviços especializados	(45.709)	(35.516)
Despesas administrativas	(13.749)	(12.239)
Despesas com pessoal	(10.479)	(21.764)
Benefícios com funcionários	(7.535)	(6.161)
Despesas com publicidade e propaganda	(5.850)	(2.530)
Amortização de Direito de Uso - Arrendamento mecatil	(3.391)	-
Depreciação e amortização	(2.796)	(3.730)
Custos com expansão e operação	(436)	(6.658)
Outras despesas	-	(630)
	<u>(89.945)</u>	<u>(89.228)</u>
Custo dos serviços prestados	(52.408)	(45.024)
Gerais e administrativas	(31.687)	(41.525)
Vendas e marketing	(5.850)	(2.679)
	<u>(89.945)</u>	<u>(89.228)</u>

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

23. Resultado financeiro

	2019	2018
Receitas de aplicações financeiras	2.340	1.085
Outras receitas financeiras	32	212
	<u>2.372</u>	<u>1.297</u>
Encargos bancários	(119)	(192)
Despesa com juros de arrendamento	(3.274)	-
Outras despesas financeiras	(37)	(116)
	<u>(3.430)</u>	<u>(308)</u>
Resultado financeiro	<u>(1.058)</u>	<u>989</u>

24. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus funcionários benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional. O montante dessas despesas totalizou R\$ 4.609 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 4.530 em 2018).

25. Transações que não afetam o caixa

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não houve transações nas atividades de financiamento e investimento da Companhia que não afetassem caixa, exceto pela incorporação da Promojet Gestão S.A. em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 3.442, pela permuta do imóvel por unidade em construção no exercício de 2018 no montante de R\$ 2.870 (com registro de ganho no resultado no montante de R\$ 2.213) e declaração de dividendos nos montantes de R\$ 10.526 e R\$ 5.659 em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente, dos quais R\$ 5.706 foram pagos em 2019 (R\$ 1.510 em 2018).

26. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

Saldo de empréstimos e financiamentos em 2017	<u>570</u>
(+) Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	62
(-) Pagamento de empréstimos e financiamentos	<u>(490)</u>
Saldo de empréstimos e financiamentos em 2018	<u>142</u>
(+) Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	22
(-) Pagamento de empréstimos e financiamentos	<u>(164)</u>
Saldo de empréstimos e financiamentos em 2019	<u>-</u>

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

27. Informações por segmento

Com base no CPC 22, os segmentos operacionais da Companhia não atingem os critérios mínimos quantitativos para divulgação e não foram considerados significativos para sua apresentação de forma separada.

28. Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme segue:

Modalidade de Seguros	Cobertura	Final da vigência
Responsabilidade civil	150	20/04/2020
Responsabilidade civil administradores (D&O)	30.000	15/06/2020
Seguro riscos diversos	1.000	20/04/2020
Seguro empresarial	6.400	06/09/2020

Não faz parte do escopo do auditor independente a análise quanto à suficiência da cobertura dos seguros.

* * *